

Demonstrações Contábeis 2015



BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2015	2014
			<i>(Reapresentado)</i>
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.231	12.874
Contas a receber, líquidas	6.1	202.735	173.853
Estoques	7	29.503	38.598
Impostos e contribuições	14.1	64.777	42.184
Despesas antecipadas		7.395	4.614
Outros ativos		15.142	7.430
		332.783	279.553
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber, líquidas	6.1	6.586	22.941
Cauções e depósitos judiciais	22.2	58.224	53.018
Impostos e contribuições	14.1	774	665
Impostos e contribuições diferidos	14.3	79.090	107.924
Outros ativos		3.305	854
		147.979	185.402
Investimentos	8	17.737	17.590
Imobilizado	9	830.849	791.986
Intangível	10	9.395	8.490
		1.005.960	1.003.468
Total do ativo		1.338.743	1.283.021

Passivo	Nota	2015	2014
			<i>(Reapresentado)</i>
Circulante			
Fornecedores	11	79.387	90.691
Salários, férias e encargos		51.684	47.401
Financiamentos	12	100.965	45.868
Impostos, encargos e contribuições	14.2	22.188	15.187
Dividendos a pagar	17.3	-	12.524
Adiantamentos de clientes		4.147	3.020
Provisão para plano de assistência médica	15.2	5.133	3.904
Outras contas e despesas a pagar		6.001	10.939
		269.505	229.534
Não circulante			
Financiamentos	12	44.318	68.606
Coligadas - nacionais	13.2	1.326	1.326
Provisão para plano de assistência médica	15.2	50.173	49.195
Provisão para contingências	22.1	32.215	24.147
Outras contas e despesas a pagar		842	-
		128.874	143.274
		398.379	372.808
Patrimônio líquido	17		
Capital social		644.093	630.048
Reserva de capital		165.080	165.080
Reserva de reavaliação		84	94
Reservas de lucros		55.348	60.561
Ajuste de avaliação patrimonial		18.747	17.110
Dividendo adicional proposto		57.012	37.320
		940.364	910.213
Total do passivo e patrimônio líquido		1.338.743	1.283.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2015	2014
Receita de vendas	18	3.295.756	2.977.521
Custo dos produtos vendidos		(2.217.929)	(2.053.501)
Lucro bruto		1.077.827	924.020
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	20	(714.483)	(679.203)
Gerais e administrativas	20	(182.965)	(173.757)
Tributárias		(8.298)	(5.671)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	19	(5.981)	30.277
		(911.727)	(828.354)
Resultado de participações em investimentos	8.3	6.249	6.432
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		172.349	102.098
Despesas	21	(12.099)	(10.946)
Receitas	21	9.873	7.515
Variações monetárias e cambiais, líquidas	21	(1.274)	1.868
		(3.500)	(1.563)
Participação nos lucros e resultados - empregados	16	(25.728)	(23.226)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		143.121	77.309
Contribuição social		(7.959)	(6.298)
Imposto de renda		(20.839)	(18.112)
	14.4	(28.798)	(24.410)
Lucro líquido do exercício		114.323	52.899
Resultado por ação (básico) - R\$		14,04	6,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício		114.323	52.899
Outros resultados abrangentes:			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganhos atuariais líquidos - Planos de assistência médica	15,1	1.637	10.355
Resultado abrangente total		<u>115.960</u>	<u>63.254</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros				Avaliação Patrimonial	Dividendos propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital subscrito e integralizado	Reserva Especial de Âgio		Legal	Estatutária	Incentivos fiscais	Retenção de lucros				
Em 1º de janeiro de 2014	581.432	165.080	106	42.879	869	569	61.793	6.755	-	-	859.483
Aumento de capital social conforme AGO/E de 02/04/2014	48.616	-	-	-	(752)	-	(47.864)	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação em Coligadas	-	-	(12)	-	-	-	-	-	-	12	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52.899	52.899
Ajuste da Avaliação Patrimonial - Ganhos / Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	-	10.355	-	-	10.355
Destinações:											
Apropriações em reservas	-	-	-	2.645	264	158	-	-	-	(3.067)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.524)	(12.524)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	37.320	(37.320)	-
Em 31 de dezembro de 2014	630.048	165.080	94	45.524	381	728	13.929	17.110	37.320	-	910.213
Aumento de capital social conforme AGO/E de 22/05/2015	14.045	-	-	-	(117)	-	(13.929)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos conforme AGO/E de 22/05/2015	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.320)	-	(37.320)
Realização da Reserva de Reavaliação em Coligadas	-	-	(10)	-	-	-	-	-	-	10	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114.323	114.323
Ajuste da Avaliação Patrimonial - Ganhos / Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	-	1.637	-	-	1.637
Destinações:											
Apropriações em reservas	17	-	-	5.716	572	2.544	-	-	-	(8.832)	-
Juros sobre capital próprio	17	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.489)	(48.489)
Dividendo adicional proposto	17	-	-	-	-	-	-	-	57.012	(57.012)	-
Em 31 de dezembro de 2015	644.093	165.080	84	51.240	836	3.272	-	18.747	57.012	-	940.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	2015	2014
		<i>(Reapresentado)</i>
Atividade operacional		
Lucro líquido do exercício	114.323	52.899
Ajustes:		
Resultado de participações em investimentos	(6.249)	(6.432)
Depreciação e amortização	67.413	68.945
Valor residual de bens baixados de natureza permanente	25.948	25.324
Variações monetárias, cambiais e encargos financeiros	4.608	416
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	27.991	24.410
Encargos financeiros sobre financiamentos BNDES	5.966	5.544
Aumento / Redução de ativos e passivos		
Aumento das contas a receber	(72.228)	(121.447)
Redução / (aumento) de estoques	9.095	(10.717)
Aumento de outros ativos	(40.851)	(5.408)
Redução / (aumento) de fornecedores	(9.398)	12.782
Redução / (aumento) de impostos, taxas e contribuições	(1.209)	650
Aumento do plano de assistência médica	4.689	6.129
Aumento / (redução) de outros passivos	9.380	(4.537)
Operações de curto prazo com empresas coligadas:		
Aumento / (redução) das contas a receber	(1.218)	1.185
Redução das contas a pagar	361	4.643
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	138.621	54.386
Atividade de investimento		
Aquisição de imobilizado / intangível e outros investimentos	(135.397)	(135.494)
Venda de imobilizado	40.419	28.695
Dividendos recebidos	6.102	4.953
Recursos líquidos (utilizados) na atividade de investimento	(88.876)	(101.846)
Atividade de financiamento		
Dividendos pagos a acionistas	(94.732)	(7.239)
Financiamentos FIDC	70.600	20.500
Financiamentos BNDES	5.833	52.051
Pagamento de financiamentos BNDES	(31.089)	(28.029)
Recursos líquidos (utilizados) na atividade de financiamento	(49.388)	37.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Continuação)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	357	(10.177)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.874	23.051
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>13.231</u>	<u>12.874</u>
	357	(10.177)
Informações adicionais aos fluxos de caixa:		
Valores pagos e recebidos durante o exercício		
Juros pagos sobre financiamentos BNDES	6.947	6.179
Imposto de renda e contribuição social	20.405	7.677
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	<u>40</u>	<u>175</u>
	27.392	14.031
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa		
Aquisição de imobilizado a prazo	<u>14.858</u>	<u>17.126</u>
	14.858	17.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	2015	2014
Receitas		
Vendas de produtos e serviços e outras receitas e despesas	3.841.198	3.492.006
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	(2.537)	(68)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	34.287	44.659
	3.872.948	3.536.597
Insumos adquiridos de:		
Terceiros		
Materiais consumidos	(45.979)	(50.274)
Custo das mercadorias para revenda	(16.264)	(2.839)
Energia, serviços de terceiros e outros	(370.384)	(357.398)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(21.899)	(21.018)
Sistema Petrobras		
Materiais consumidos	(40)	(10)
Custo das mercadorias para revenda	(2.201.665)	(2.050.662)
Energia, serviços de terceiros e outros	(11.451)	(10.396)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos	(351.055)	(308.755)
Total de insumos	(3.018.737)	(2.801.352)
Valor adicionado bruto	854.211	735.245
Retenções		
Depreciação e amortização	(67.413)	(68.945)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	786.798	666.300
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de participações em investimentos	6.249	6.432
Receitas financeiras - incluem variações monetárias e cambiais	13.936	10.878
Aluguéis	228	204
	20.413	17.514
Valor Adicionado a Distribuir	807.211	683.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Continuação)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e Administradores		
Remuneração Direta		
Salários	229.819	227.370
Participações dos empregados nos lucros	25.728	23.226
Benefícios		
Vantagens	60.449	51.535
Assistência médica	30.872	25.945
Plano atuarial	7.530	8.756
FGTS	19.583	16.541
	<u>373.981</u>	<u>353.373</u>
Tributos		
Federais	81.046	65.967
Estaduais	166.135	148.667
Municipais	3.653	3.639
	<u>250.834</u>	<u>218.273</u>
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações monetárias e cambiais	17.437	12.441
Despesas de aluguéis	49.398	46.353
Juros capitalizados s/construção de ativos próprios	1.238	475
	<u>68.073</u>	<u>59.269</u>
Acionistas		
Juros sobre capital próprio	48.489	-
Dividendos	57.012	49.844
Lucros retidos	8.822	3.055
	<u>114.323</u>	<u>52.899</u>
Valor adicionado distribuído	<u>807.211</u>	<u>683.814</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1 A Companhia e suas operações

A Liquigás Distribuidora S.A. (“Companhia” ou “Liquigás”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sendo sua controladora a Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras, tem por objeto, observados os preceitos legais, a manipulação, a estocagem, o engarrafamento, o transporte, a distribuição e o comércio de subprodutos da refinaria de petróleo, especialmente Gás Liquefeito de Petróleo - GLP. A sede social da Companhia está localizada em São Paulo - SP.

2 Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes.

A autorização para a conclusão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria Executiva em 23 de fevereiro de 2016.

2.1 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08 e são apresentadas como informação suplementar.

2.2 Moeda funcional

Essas demonstrações contábeis são mensuradas e apresentadas usando a moeda no qual a empresa atua (Real), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Reclassificações

Alguns valores relativos a períodos anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o período atual. Estas reclassificações não afetam patrimônio líquido da Companhia e estão detalhadas a seguir:

- Cessões de direitos creditórios performados (FIDC-NP) classificadas no ativo circulante enquanto não compensadas passaram a ser registradas como financiamentos no passivo circulante.

A seguir, os efeitos dessa reclassificação no Balanço Patrimonial e na Demonstração dos Fluxos de Caixa:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balço Patrimonial

	01/01/2014		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Contas a receber, líquidas	100.386	50.287	150.673
Total do ativo	<u>1.178.058</u>	<u>50.287</u>	<u>1.228.345</u>
Passivo			
Circulante			
Financiamentos	25.368	50.287	75.655
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.178.058</u>	<u>50.287</u>	<u>1.228.345</u>

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	01/01/2014		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Atividade operacional			
Aumento/Redução de ativos e passivos			
Aumento das contas a receber	(8.002)	(50.287)	(58.289)
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	<u>146.848</u>	<u>(50.287)</u>	<u>96.561</u>
Atividade financiamento			
Financiamentos FIDC	-	50.287	50.287
Recursos líquidos (utilizados) na atividade financiamento	<u>(53.126)</u>	<u>50.287</u>	<u>(2.839)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balço Patrimonial

31/12/2014

	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Ativo Circulante			
Contas a receber, líquidas	153.353	20.500	173.853
Total do ativo	1.262.521	20.500	1.283.021
Passivo Circulante			
Financiamentos	25.368	20.500	45.868
Total do passivo e patrimônio líquido	1.262.521	20.500	1.283.021

Demonstração dos Fluxos de Caixa

31/12/2014

	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Atividade operacional			
Aumento/Redução de ativos e passivos			
Aumento das contas a receber	(100.947)	(20.500)	(121.447)
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	74.886	(20.500)	54.386
Atividade financiamento			
Financiamentos FIDC	-	20.500	20.500
Recursos líquidos (utilizados) na atividade financiamento	16.783	20.500	37.283

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3 Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento de até três meses contados da data da contratação original. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo (Nota Explicativa nº 5).

3.1.2 Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado, sendo deduzidos das provisões para crédito de liquidação duvidosa.

3.1.3 Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado. Quaisquer diferenças entre o valor recebido e o valor pago são reconhecidas no resultado durante a vigência desse instrumento, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva (Nota Explicativa nº 12).

3.1.4 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, financiamentos e recebíveis.

A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

3.1.4.1 Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos.

3.1.4.2 Financiamentos e recebíveis

Financiamentos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os financiamentos e recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

3.1.5 Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

3.2 Estoques

Os estoques da Companhia estão avaliados pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior (Nota Explicativa nº 7).

3.3 Investimentos societários

Os investimentos em coligadas com participação no capital votante, superior a 20%, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (Nota Explicativa nº 8). A Companhia não consolidou estes investimentos por serem coligadas sem controle nas decisões financeiras e operacionais.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.4 Imobilizado

3.4.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por *impairment*, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão-de-obra;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

3.4.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

3.4.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas de depreciação estimadas para o exercício corrente estão apresentadas na Nota Explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5 Intangível

Os ativos estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por *impairment*, quando existentes. A amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo esperado para geração de benefícios à Companhia (Nota Explicativa nº 10). É composto por direitos que incluem, principalmente, marcas e patentes, softwares.

A Companhia efetua uma análise sobre a recuperação do valor dos seus ativos ao término de cada exercício social considerando a expectativa de geração de resultado positivo e consequente manutenção do benefício fiscal vinculado a ele.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.6 Redução do valor recuperável - Impairment

3.6.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

3.6.2 Ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. A administração da Companhia não identificou nenhum elemento que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos não financeiros.

3.7 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações contábeis.

Determinados passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém é objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos seja possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

3.8 Ajuste a Valor Presente - AVP

A Companhia não aplica o ajuste a valor presente - AVP, devido à irrelevância dos valores envolvidos em decorrência do curto ciclo das operações, exceto no passivo atuarial conforme descrito na nota 3.10.2.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

3.10 Benefícios concedidos a empregados e aposentados

3.10.1 Planos de contribuição definida

A Companhia implantou em 1º de setembro de 2010 o PPL - Plano de Previdência Liquigás na modalidade de contribuição definida para os seus empregados. As contribuições são pagas para uma entidade de fundo de previdência, Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, não gerando nenhuma obrigação legal ou construtiva posterior. A Companhia reconhece as contribuições como despesas de benefícios a empregados durante o período de vínculo empregatício.

3.10.2 Compromisso atuarial de plano de assistência médica

O compromisso atuarial com o plano de benefício de assistência médica é provisionado com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido (ativo) são reconhecidos quando incorridos da seguinte maneira: I) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e II) remensurações, em outros resultados abrangentes que não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos futuros.

O custo do serviço compreende: I) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; II) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e III) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement), quando ocorrer.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido compreendem: I) ganhos e perdas atuariais; II) retorno sobre os ativos do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

plano, excluindo valores incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido; e III) qualquer mudança no efeito do teto de ativo (asset ceiling), excluindo valores incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

3.11 Capital social e remuneração aos acionistas

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos no estatuto da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

3.12 Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ganhos e perdas atuariais, líquidos do efeito do imposto de renda e da contribuição social.

3.13 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais para investimentos são reconhecidas em conta redutora do ativo imobilizado, confrontada ao longo do período com

as despesas que pretende compensar em uma base sistemática, aplicada da seguinte forma:

- Subvenções com reinvestimentos: na mesma proporção da depreciação do bem;
- Subvenções diretas relacionadas ao lucro da exploração: diretamente no resultado.

Os valores apropriados no resultado são destinados à constituição da reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

3.14 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita de vendas compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos, líquida das devoluções, descontos e encargos sobre vendas.

A receita de vendas é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre atraso de clientes, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações monetárias e cambiais líquidas.

As receitas, os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.15 Distribuição de dividendos

O estatuto da Companhia prevê que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social no montante do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominado “Dividendo Adicional Proposto”. Os dividendos mínimos obrigatórios foram pagos via juros sobre o capital próprio, desta forma, em 31 de dezembro de 2015 não há saldos de dividendos a pagar.

3.16 Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.17 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do

fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

3.18 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pela média ponderada das ações. A Companhia não está apresentando o resultado por ação diluído, pois não possui nenhum instrumento potencialmente conversível em ações, com efeito, diluidor nos termos do CPC 41 - Resultado por ação.

4 Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Benefícios concedidos a empregados e aposentados

O compromisso atuarial e o custo com o plano de benefício definido de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro.
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada por conjunto projetado de taxas anuais considerando a evolução histórica dos desembolsos per capita do plano de saúde, observáveis nos últimos 05 anos, para definição de um ponto inicial da curva que decresce gradualmente em 30 anos para alcance do patamar de inflação geral da economia.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

4.2 Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração (Nota Explicativa nº 22).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e bancos	13.231	12.832
Aplicações financeiras: Banco Itaú S.A. - ("FIDC - NP") (*)	-	42
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>13.231</u>	<u>12.874</u>

(*) ("FIDC-NP") - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados do Sistema Petrobras

6 Contas a receber

6.1 Contas a receber, líquidas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Cientes		
Terceiros	203.736	179.144
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13.1)	2.131	913
Outras	19.544	30.290
	<u>225.411</u>	<u>210.347</u>
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(16.090)	(13.553)
	<u>209.321</u>	<u>196.794</u>
Circulante	202.735	173.853
Não Circulante	6.586	22.941

6.2 Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa - PCLD

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo inicial	(13.553)	(13.485)
Adições	(5.117)	(4.928)
Baixas	81	2.109
Reversões	2.499	2.751
Saldo final	<u>(16.090)</u>	<u>(13.553)</u>
Circulante	<u>(16.090)</u>	<u>(13.553)</u>

A provisão é constituída sobre o contas a receber registrado no ativo circulante e no realizável a longo prazo. A Companhia analisa de forma criteriosa sua carteira de clientes levando em consideração: (I) o nível de perdas no segmento em que atua; (II) o valor atual das contas a receber que já venceram; (III) análise da situação individual dos clientes; (IV) condições de

garantias em que se deu a venda; e (V) custo de financiamento de vendas, de modo a provisionar os valores considerados de difícil recuperação. A Companhia provisiona integralmente os títulos em cobrança judicial, exceto os que possuem garantia hipotecária.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.3 Contas a receber a vencer e vencidos

<u>Contas a receber</u>	<u>Sem Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa</u>	<u>Com Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa</u>	<u>Saldo do contas a receber</u>
Partes relacionadas	2.131	-	2.131
A Vencer	177.270	-	177.270
Vencidos:			
Até 3 meses	8.446	572	9.018
De 3 a 6 meses	2.056	1.496	3.552
De 6 a 12 meses	8.723	3.560	12.283
Acima de 12 meses	10.695	10.462	21.157
Saldo total	209.321	16.090	225.411

7 Estoques

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Derivados de petróleo	19.998	20.188
Materiais e suprimentos para manutenção	7.511	6.593
Outros	1.994	11.817
	29.503	38.598

Os estoques incluem, principalmente, os produtos derivados de petróleo (em nosso poder e em poder de terceiros) destinados à comercialização de GLP e outros derivados de petróleo. Os estoques de materiais e suprimentos para manutenção são compostos basicamente de materiais para manutenção de instalações e veículos que possibilitam o uso do GLP pelos clientes.

Nos outros estoques são considerados os vasilhames e os demais produtos destinados para venda, os vasilhames adquiridos para venda no final de 2014 foram comercializados na sua grande maioria no decorrer de 2015.

8 Investimentos

<u>Investimentos</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Coligadas	16.849	16.702
Incentivos Fiscais	888	888
	17.737	17.590

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 Informações sobre coligadas

	Capital subscrito em 31 de dezembro de 2015	Ações ordinárias	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Percentual (%) de participação
Utingás Armazenadora S.A. (*)	30.739	5.394.151	53.521	18.406	31,00%
Plenogás Distribuidora de Gás S.A. (*)	928	4.152.924	423	585	33,33%
Metalúrgica Plus S.A. (*)	4.476	9.000	350	(144)	33,33%

(*) Os investimentos foram avaliados através da equivalência patrimonial com base nas mutações patrimoniais ocorridas em 30 de novembro de 2015.

8.2 Descrições das atividades das coligadas

a) Utingás Armazenadora S.A.

Tem como objeto a prestação de serviços de armazenagem de gás liquefeito de petróleo - GLP.

b) Plenogás Distribuidora de Gás S.A.

Tem como objeto a comercialização de gás liquefeito de petróleo - GLP e outros hidrocarbonetos e a comercialização de equipamentos para consumo de gás liquefeito de petróleo - GLP. Atualmente com suas atividades operacionais paralisadas.

c) Metalúrgica Plus S.A.

Tem como objeto a comercialização de chapa de barras de aço, fabricação e comercialização de recipientes, vasos de pressão, vasilhame de acondicionamento de gás liquefeito de petróleo - GLP, inclusive sua manutenção e reparo, podendo ainda exercer outras atividades próprias às indústrias metalúrgicas. Atualmente com suas atividades operacionais paralisadas.

8.3 Mutação dos investimentos em coligadas

Coligadas	Saldo inicial	Equivalência patrimonial	Dividendos	Total
31/12/2015	16.702	6.249	(6.102)	16.849
31/12/2014	15.223	6.432	(4.953)	16.702

8.4 Incentivos fiscais

	2015	2014
FINOR (*)	587	587
FINAM (*)	298	298
INFORMÁTICA (*)	3	3
	888	888

(*) Incentivos fiscais líquidos de provisão para perda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

9 Imobilizado

Movimentação do custo	2015					2014
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final	Saldo total
Terrenos	20.445	-	-	-	20.445	20.445
Edificações	107.001	44	-	11.553	118.598	107.001
Instalações Industriais	201.038	1.836	(1.522)	27.282	228.634	201.038
Instalações Operacionais	359.773	27.892	(8.243)	2.664	382.086	359.773
Vasilhames	394.134	3.108	(40.739)	53.293	409.796	394.134
Veículos	11.480	47	(2.838)	(2.864)	5.825	11.480
Móveis e Utensílios	18.124	2.260	(360)	534	20.558	18.124
Computadores e Periféricos	33.566	4.395	(7.866)	9	30.104	33.566
Imobilizado em andamento / obras em execução	109.141	88.554	-	(94.783)	102.912	109.141
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	14.381	277	-	159	14.817	14.381
Computadores e Periféricos	6.495	-	(3.684)	-	2.811	6.495
Incentivos Fiscais	(2.722)	-	-	-	(2.722)	(2.722)
Adiantamento a Fornecedores	-	1.017	-	2.153	3.170	-
Outros	256	-	-	-	256	256
Subtotal	1.273.112	129.430	(65.252)	-	1.337.290	1.273.112

Movimentação da depreciação	Taxa de depreciação % ao ano	2015				2014	
		Saldo inicial	Encargos de depreciação	Baixas	Transferências	Saldo final	Saldo total
Edificações	2,5	(33.955)	(2.405)	-	-	(36.360)	(33.955)
Instalações Industriais	5,26	(86.693)	(7.112)	1.519	-	(92.286)	(86.693)
Instalações Operacionais	3,33	(225.828)	(27.247)	7.314	(2.645)	(248.406)	(225.828)
Vasilhames	5,55	(81.062)	(21.725)	15.921	-	(86.866)	(81.062)
Veículos	16,66	(9.901)	(558)	2.668	2.645	(5.146)	(9.901)
Móveis e Utensílios	8,33	(9.143)	(1.183)	340	-	(9.986)	(9.143)
Computadores e Periféricos	20	(22.185)	(3.741)	7.858	-	(18.068)	(22.185)
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	2,5	(6.136)	(786)	-	-	(6.922)	(6.136)
Computadores e Periféricos	20	(6.486)	(9)	3.684	-	(2.811)	(6.486)
Incentivos Fiscais		518	147	-	-	665	518
Outros	10	(255)	-	-	-	(255)	(255)
Subtotal		(481.126)	(64.619)	39.304	-	(506.441)	(481.126)
						830.849	791.986

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10 Intangível

	2015					2014
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final	Saldo total
Movimentação do custo						
Software	97.509	3.699	(11)	-	101.197	97.509
Marcas, patentes e direitos	1.021	-	-	-	1.021	1.021
Subtotal	98.530	3.699	(11)		102.218	98.530

	Taxa de amortização % ao ano	2015				2014	
		Saldo inicial	Encargos de amortização	Baixas	Transferências	Saldo final	Saldo total
Movimentação da amortização							
Software	20	(90.040)	(2.794)	11	-	(92.823)	(90.040)
Subtotal		(90.040)	(2.794)	11		(92.823)	(90.040)
					9.395	8.490	

11 Fornecedores

Passivo circulante	2015	2014
Terceiros:		
País	59.208	70.873
Partes relacionadas (Nota 13.2)	20.179	19.818
	79.387	90.691

Em 2015, ocorreu maior liquidação fornecedores de bens e serviços (carry-over), comparada com 2014.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

12 Financiamentos

	2015		2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
No País				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	30.365	44.318	25.368	68.606
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados do Sistema Petrobras - FIDC-NP	70.600	-	20.500	-
	100.965	44.318	45.868	68.606

12.1 Vencimentos do principal e juros dos financiamentos no passivo não circulante

	Financiamentos	
	2015	2014
2016	-	28.801
2017	23.142	21.892
2018	10.406	9.203
2019	6.166	5.807
2020 em diante	4.604	2.903
Total	44.318	68.606

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

12.2 Captações - financiamentos

O saldo de curto prazo foi obtido junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC, através de antecipação de recebíveis conforme estão demonstrados:

Data	Valor	Vencimento
18/12/2015	5.100	05/01/2016
21/12/2015	7.400	05/01/2016
28/12/2015	5.800	05/01/2016
30/12/2015	6.000	05/01/2016
21/12/2015	1.200	06/01/2016
30/12/2015	2.800	06/01/2016
21/12/2015	1.000	07/01/2016
30/12/2015	2.500	07/01/2016
21/12/2015	1.000	08/01/2016
30/12/2015	2.500	08/01/2016
21/12/2015	1.000	11/01/2016
30/12/2015	2.500	11/01/2016
21/12/2015	2.100	12/01/2016
30/12/2015	10.000	12/01/2016
21/12/2015	1.000	13/01/2016
30/12/2015	3.500	13/01/2016
30/12/2015	4.500	14/01/2016
30/12/2015	4.500	15/01/2016
30/12/2015	4.500	18/01/2016
30/12/2015	1.700	19/01/2016
	70.600	

Parte do saldo de longo prazo obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 2015:

Data	Valor	Vencimento
20/04/2015	2.500	15/09/2020
24/08/2015	3.333	15/09/2020
	5.833	

12.3 Outras informações

A Companhia utilizou em 2015, parte remanescente de financiamento obtido em 2014 junto ao BNDES, para a construção do centro operativo de Barueri, da seguinte forma:

12.3.1 Subcrédito BA:

- Juros de 2,76% + TJLP, com vencimento em setembro de 2020, no montante total de R\$ 30.719, utilizado R\$ 24.886 em 2014 e R\$ 5.833 em 2015;
- Amortização em 60 parcelas mensais, iguais e consecutivas entre outubro de 2015 e setembro de 2020;
- Juros mensais durante o período de amortização;
- Carência no período de novembro de 2014 a setembro de 2015, no qual ocorrerão juros trimestrais com os meses pré-fixados a partir da captação.

12.4 Garantias

Os contratos de financiamentos da Companhia junto ao BNDES, atualmente estão sendo garantidos por instrumento corporativo oferecido pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sendo válido para suas subsidiárias.

13 Partes relacionadas

As operações comerciais da Companhia com sua controladora e coligadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado. Os saldos de transações realizadas com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

13.1 Ativo

	<u>Contas a receber, principalmente, por vendas</u>
Petróleo Brasileiro S.A.	312
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	285
Braskem S.A.	1.401
Outras empresas do Sistema Petrobras	133
31/12/2015	2.131
31/12/2014	913

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

13.2 Passivo

	Fornecedores, por compras de GLP e outros derivados de petróleo	Dividendos a pagar	Operações de mútuo com coligadas	Outras operações	Total
Petróleo Brasileiro S.A.	16.913	-	-	-	16.913
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	992	-	-	-	992
Outras empresas do Sistema Petrobras	1.570	-	-	-	1.570
Outras Coligadas	704	-	1.326	-	2.030
31/12/2015	20.179	-	1.326	-	21.505
31/12/2014	19.818	12.524	1.326	60	33.728

13.3 Resultado

	Receitas (despesas) operacionais líquidas	Despesas financeiras líquidas	Total
Petróleo Brasileiro S.A.	2.207	(4.608)	(2.401)
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	(1.674)	-	(1.674)
Petrobras Transporte S.A.	(354)	-	(354)
Braskem S.A.	10.657	-	10.657
Utingás Armazenadora S.A.	(7.356)	-	(7.356)
Outras empresas do Sistema Petrobras	(159)	-	(159)
31/12/2015	3.321	(4.608)	(1.287)
31/12/2014	(2.993)	(416)	(3.409)

13.4 Compras

	Estoque inicial	Compras	Estoque final	Custo do produto vendido
Petróleo Brasileiro S.A.	20.188	2.087.456	19.998	2.087.646
Outras empresas do Sistema Petrobras	-	17.778	-	17.778
2015	20.188	2.105.234	19.998	2.105.424
2014	20.435	1.950.285	20.188	1.950.532

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

13.5 Fundo de investimentos em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP

A Companhia realizou captações de recursos através do produto de Antecipação de Recebíveis, junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados do Sistema Petrobras - FIDC-NP. Essa linha de crédito possui uma taxa fixada em 100,5% do CDI para antecipação de recursos, garantidos através da cessão de títulos da carteira de recebíveis ao Sistema Petrobras. O saldo de captação de curto prazo no final de dezembro de 2015 está demonstrado a seguir:

	2015	2014
Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	-	41
Deságio FIDC a Apropriar	235	35
Total classificado no ativo circulante	235	76
Cessões de direitos creditórios	(70.600)	(20.500)
Total classificado no passivo circulante	(70.600)	(20.500)
Receita Financeira FIDC-NP	154	709
Despesa Financeira FIDC-NP	(4.764)	(3.550)
Resultado financeiro	(4.610)	(2.841)

13.6 Remuneração dos empregados e dirigentes

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios da Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da Liquigás relativas ao mês de dezembro de 2015 e 2014 foram as seguintes:

	2015	2014
	<i>(em reais)</i>	<i>(em reais)</i>
Remuneração mensal por empregado		
Menor remuneração	1.152,52	1.057,36
Remuneração média	3.708,34	3.327,71
Maior remuneração	43.708,66	40.099,69
Remuneração mensal por dirigente (maior)	58.507,60	77.536,31

	2015		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total
Salários e benefícios	5.203	472	5.675
Encargos sociais	1.484	78	1.562
Previdência complementar	412		412
Remuneração total - pagamento realizado	7.099	550	7.649
Número de membros	5	6	11

O total da remuneração da administração da Companhia durante o exercício de 2014 foi de R\$ 8.294 referentes a diretores e conselheiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

14 Tributos

14.1 Impostos e contribuições a recuperar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo circulante		
ICMS a recuperar e a repassar, líquido (*)	37.272	28.004
PIS/PASEP a recuperar	746	1.495
COFINS a recuperar	3.328	6.866
FINSOCIAL a recuperar	-	1.741
Imposto de renda pessoa jurídica	12.754	1.752
Contribuição social sobre o lucro líquido	4.396	548
Contribuição Previdenciária Cooperativa	4.433	-
Outros impostos	1.848	1.778
	<u>64.777</u>	<u>42.184</u>
Ativo não circulante		
Outros	774	665
	<u>774</u>	<u>665</u>

(*) ICMS a recuperar e a repassar líquidos de provisão para perda.

14.2 Impostos, encargos e contribuições a recolher

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Passivo circulante		
ICMS	2.275	3.689
INSS	5.902	5.480
FGTS	1.731	1.620
INSS - retido na fonte	864	984
CSLL / IRRF (*)	10.274	2.648
Outras taxas	1.142	766
	<u>22.188</u>	<u>15.187</u>

(*) O aumento do IRRF - Imposto de renda retido na fonte deve-se a retenção sobre pagamento de Juros sobre Capital Próprio.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

14.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos – líquidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

Natureza	2015	2014	Fundamento para realização
Provisão para Plano de Assistência Médica	18.804	18.053	Pagamentos mensais da assistência médica para aposentados ou reversão de provisão com base na mudança de premissas atuariais.
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	5.471	4.608	Recebimento ou caracterização de perda de crédito conforme previsto na legislação fiscal (RIR/1999, art. 340, § 1o).
Provisão para Perda ICMS – Portaria CAT e Bitributação	2.150	2.150	Aproveitamento ou ressarcimento do crédito fiscal ou declaração de inconstitucionalidade da legislação.
Participação nos Resultados	50	2.179	Provisão de parcela não paga da participação dos empregados nos resultados de acordo com o que determina a legislação do Imposto de Renda - PLR.
Provisão para perdas em participações	-	20	Indenização efetiva ou êxito da coligada.
Amortização IRPJ/CSLL sobre Ágio	42.171	97.040	Realização do IRPJ/CSLL sobre o Ágio Rentabilidade Futura e Mais Valia.
Contingências trabalhistas	5.232	4.245	Indenização efetiva determinada pela justiça trabalhista ou êxito da Companhia.
Contingências fiscais	2.769	1.280	Perda efetiva pelo indeferimento e/ou impossibilidade de interposição de recurso ou êxito nos processos em que a empresa esta envolvida.
Contingências cíveis	2.531	2.315	Perda efetiva pelo indeferimento e/ou impossibilidade de interposição de recurso ou êxito nos processos administrativos em que a empresa esta envolvida.
IRPJ s/prejuízo fiscal e CSLL s/base negativa	40.626	8.218	Constituição dos impostos diferidos sobre a apuração de base negativa no exercício 2013 e 2014.
IRPJ e CSLL s/aproveitamento de ágio	16.757	25.499	Realização do IRPJ/CSLL sobre o Ágio Rentabilidade Futura.
Provisão de perda ICMS Próprio	28.525	26.642	IR e CS diferido calculado sobre a provisão de ICMS de difícil realização.
Provisão despesas operacionais	1.822	1.825	Reconhecimento da despesa incorrida dentro da competência.
Outros	2.985	2.720	
Subtotal ativo	169.893	196.794	
Alienação de Imóveis	4.396	9.672	Recebimento a prazo dos imóveis alienados.
Desapropriação de imóvel	1.606	1.659	Realização pela depreciação dos bens adquiridos.
Diferença de taxa de depreciação Lei 12.973/14	84.801	77.539	Expectativa de exigibilidade pela realização da depreciação dos imobilizados após o advento da Lei nº 12.973/14.
Subtotal passivo	90.803	88.870	
Total (*)	79.090	107.924	

(*) Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferida estão sendo apresentados com base na compensação de ativo e passivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

14.3.1 Realização estimada do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Imposto de renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de renda e CSLL diferidos passivos
2016	43.004	17.281
2017	43.431	12.885
2018	22.590	12.885
2019	16.256	12.884
2020 em diante	44.612	34.868
Total	169.893	90.803

14.4 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2015 e 2014 estão apresentados a seguir:

	2015	2014
Lucro do exercício antes dos impostos	143.121	77.309
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(48.661)	(26.285)
Ajustes para apuração pela alíquota efetiva:		
· Juros sobre o capital próprio	16.486	-
· Adições/Exclusões permanentes, líquidas	(8.343)	6.851
· Resultado equivalência patrimonial	2.125	2.187
· Amortização fiscal de ágio	(8.742)	(8.742)
· Benefício fiscal	254	-
· Ajuste da base de cálculo (IRPJ/CSLL)	1.990	1.574
· IRPJ - Incentivo fiscal redução	2.397	-
· Adoção da Lei 12.973/2014 - baixa subconta	13.750	-
· Outros itens	(54)	5
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(28.798)	(24.410)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(27.991)	(24.410)
Imposto de renda/contribuição social correntes	(807)	-
	(28.798)	(24.410)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	20,12%	31,57%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

15 Benefícios concedidos a empregados

O compromisso da Companhia relacionado à assistência médica dos empregados ativos e dos aposentados é calculado anualmente por atuário independente. O método adotado para calcular a despesa e os itens de aspecto atuarial é o do Crédito Unitário Projetado. Este método define o custo do benefício que será alocado durante a carreira ativa do empregado, no período entre a data de admissão na Empresa e a primeira data de plena exigibilidade ao benefício, que é estabelecido nas Convenções Coletivas de Trabalho resultantes das negociações sindicais com os empregados da categoria GLP.

Conforme o CPC 33 – Benefícios a Empregados, a Companhia em 31 de dezembro de 2015 reconhece uma Provisão para Benefício de Assistência Médica aos Empregados no montante de R\$ 55.306 (R\$ 53.099 em 31 de dezembro de 2014).

O PPL - Plano de Previdência Liquigás no modelo de plano de contribuição definida, as contribuições no ano de 2015 atingiram o montante de R\$ 5.971 (R\$ 5.478 em 2014).

15.1 Movimentação do saldo da provisão dos gastos com assistências médicas, calculadas por atuário independente:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Valor da obrigação - 1º de janeiro	53.099	62.658
Custo de juros	6.674	7.659
Custo do serviço corrente	856	1.097
Benefícios pagos	(2.842)	(2.626)
Ganho (perda) atuarial sobre obrigação	(2.481)	(15.689)
Valor da obrigação - 31 de dezembro	<u>55.306</u>	<u>53.099</u>

Os ganhos e perdas atuariais R\$ 2.481 (R\$ 15.689 em 2014) passaram a ser reconhecidos como outros resultados abrangentes líquidos do imposto de renda e da contribuição social no montante de R\$ 1.637 (R\$ 10.355 em 2014).

15.2 Valores reconhecidos nas demonstrações contábeis

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Passivo circulante		
Provisão para plano de assistência médica	5.133	3.904
Passivo - não circulante		
Provisão para plano de assistência médica	50.173	49.195
	<u>55.306</u>	<u>53.099</u>

15.3 Despesa líquida com os planos de assistência médica

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Custo do serviço corrente	(856)	(1.097)
Custo dos juros sobre obrigação atuarial	(6.674)	(7.659)
Custo líquido no exercício	<u>(7.530)</u>	<u>(8.756)</u>

15.4 Premissas

<u>Modalidade</u>	<u>Premissa atual</u>
Plano de benefício	Benefício definido
Método de custeio	Método do Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade	EX - PETROS 2013
Invalidez	TASA 1927
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina 10% agravada
Composição familiar	Ativos: Para titular do sexo masculino, 76,81% casados com cônjuge do sexo feminino 3 anos mais nova. Para titular do sexo feminino, 39,36% casados com cônjuge do sexo masculino 2 anos mais velho. Ademais, 1,8 filhos do sexo feminino na idade de 15 anos. Para os participantes assistidos, foi considerada a família informada no cadastro.
Entrada em aposentadoria	Homens 57 anos; Mulheres 56 anos
Aging Factor	3,51%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Rotatividade - Tabela Liquigás 2015

Tempo de Empresa	Idade (em anos)	Taxa (% a.a.)
0 ano	Até 25 anos	13,005%
	entre 26 e 30 anos	6,452%
	entre 31 e 35 anos	2,426%
	entre 36 e 40 anos	1,569%
	entre 41 e 45 anos	1,640%
	entre 46 e 50 anos	0,521%
	entre 51 e 55 anos	0,000%
	entre 56 e 60 anos	0,000%
	Acima de 60 anos	0,000%
1 a 2 anos	Até 25 anos	5,911%
	entre 26 e 30 anos	3,687%
	entre 31 e 35 anos	1,456%
	entre 36 e 40 anos	1,412%
	entre 41 e 45 anos	0,656%
	entre 46 e 50 anos	0,174%
	entre 51 e 55 anos	0,791%
	entre 56 e 60 anos	0,599%
	Acima de 60 anos	0,000%
3 a 4 anos	Até 25 anos	0,000%
	entre 26 e 30 anos	0,922%
	entre 31 e 35 anos	0,485%
	entre 36 e 40 anos	0,942%
	entre 41 e 45 anos	0,820%
	entre 46 e 50 anos	0,174%
	entre 51 e 55 anos	0,264%
	entre 56 e 60 anos	0,000%
	Acima de 60 anos	0,000%
Acima de 4 anos	Até 25 anos	1,182%
	Entre 26 e 30 anos	2,765%
	Entre 31 e 35 anos	1,213%
	Entre 36 e 40 anos	2,982%
	Entre 41 e 45 anos	2,625%
	Entre 46 e 50 anos	1,912%
	Entre 51 e 55 anos	3,953%
	Entre 56 e 60 anos	7,781%
	Acima de 60 anos	13,566%

Taxa nominal de desconto para o passivo atuarial - 2016
 Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano
 Taxa de inflação médica para o próximo ano - 2016
 Taxa de reajuste de benefícios do plano - 2016
 Última taxa de inflação - 2030+
 Último ano de decréscimo da inflação médica

14,69% a.a.
 benefício não possui ativos
 11,63%
 6,87%
 3,70%
 2046

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

16 Participação dos empregados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação em vigor, ocorre baseada em instrumento normativo (Convenção Coletiva de Trabalho), pactuado entre o sindicato da categoria econômica e as entidades sindicais. A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) do exercício de 2015 é de R\$ 25.728 (R\$ 23.226 em 2014).

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 644.093 está representado por 8.145.118 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

17.1.1 Aumento de capital com reservas

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em conjunto com a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, em 22 de maio de 2015, aprovou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 630.048 para R\$ 644.093, mediante a capitalização dos saldos das seguintes reservas em 31.12.2013: Reserva de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico R\$ 117 e Reserva de Retenção de Lucros R\$ 13.929.

17.2 Reservas de lucros

a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

b) Reserva estatutária

É constituída de acordo com o artigo 25, letra "c", do Estatuto Social da Companhia, mediante a apropriação de 0,5% do lucro do exercício, não podendo exceder 5% do valor do Capital Social. Esta reserva destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico.

c) Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

No exercício de 2015, foram destinados do resultado R\$ 2.544, referente ao incentivo para subvenção de investimentos no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

17.3 Dividendos

Ao acionista é garantido um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o artigo 25, letra “b” do Estatuto Social da Companhia.

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	<u>114.323</u>	<u>52.899</u>
Apropriação		
Reserva legal	(5.716)	(2.645)
Reserva estatutária para pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(572)	(264)
Reserva de incentivos fiscais	(2.544)	(158)
Reserva de reavaliação em coligadas	10	12
Lucro básico para determinação dos dividendos	<u>105.501</u>	<u>49.844</u>

Dividendo mínimo obrigatório	-	12.524
------------------------------	---	--------

Composição dos Juros sobre o Capital Próprio

- JCP e dividendos propostos:

Juros sobre o capital próprio	48.489	-
Dividendo adicional proposto	<u>57.012</u>	<u>37.320</u>
Total de dividendos propostos	<u>105.501</u>	<u>49.844</u>
Dividendos por ações	12,95	6,12

O Artigo 25, letra “b” do Estatuto Social da Companhia, que prevê um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, correspondente a R\$ 26.516 à título de dividendo obrigatório, que já foi liquidado na forma de Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 48.489, em 30 de dezembro de 2015. O saldo remanescente do lucro ajustado, no valor de R\$ 57.012, está disponível como dividendo adicional proposto para deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95 e alterações. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia, contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e revertidos contra lucros acumulados.

18 Receita de vendas

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas de vendas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2015	2014
Receita de vendas	<u>3.843.041</u>	<u>3.463.981</u>
Menos:		
Impostos sobre vendas	(526.138)	(466.724)
Devoluções e abatimentos	(21.147)	(19.736)
	<u>3.295.756</u>	<u>2.977.521</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

19 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita com venda de vasilhames	8.697	3.319
Despesa com vasilhames sucateados	(9.670)	(8.749)
Receita com engarrafamento a congêneres	7.054	6.458
Receita com venda de imobilizado (*)	298	39.012
Despesa com imobilizado baixado	(937)	(350)
Receita com descargas e armazenagens	3.245	3.147
Provisão para perdas de ICMS	(5.539)	(7.601)
Provisão para contingências	(8.128)	(976)
Provisão plano de assistência médica (assistidos)	(4.387)	(5.109)
Reversão de ressarcimento ICMS ST	2.518	3.224
Outras	868	(2.098)
	<u>(5.981)</u>	<u>30.277</u>

(*) Em 2014, ocorreu venda da unidade de Guarulhos.

20 Despesas por natureza

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Custo dos produtos vendidos	(2.217.929)	(2.053.501)
Despesas com pessoal	(402.267)	(374.421)
Depreciação e amortização	(67.413)	(68.945)
Serviços, fretes e aluguéis	(291.732)	(286.942)
Materiais aplicados no engarrafamento e requalificação	(27.092)	(24.025)
Publicidade e propaganda	(16.927)	(18.571)
Água e energia elétrica	(14.208)	(9.974)
Combustíveis e lubrificantes	(14.151)	(12.549)
Outros	(63.658)	(57.533)
	<u>(3.115.377)</u>	<u>(2.906.461)</u>
Na Demonstração do Resultado		
Custo dos produtos vendidos	(2.217.929)	(2.053.501)
Despesas com vendas	(714.483)	(679.203)
Despesas gerais e administrativas	(182.965)	(173.757)
	<u>(3.115.377)</u>	<u>(2.906.461)</u>

21 Resultado financeiro, líquido

Os encargos financeiros e as variações monetárias e cambiais líquidas, apropriados ao resultado de 2015 e 2014, estão demonstrados a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas financeiras		
Fornecedores	(2)	(8)
Taxas e comissões bancárias	(1.434)	(1.718)
Juros sobre financiamentos	(10.436)	(9.157)
Outras	(227)	(63)
	<u>(12.099)</u>	<u>(10.946)</u>
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	154	709
Juros sobre atrasos de clientes	9.530	6.661
Outras	189	145
	<u>9.873</u>	<u>7.515</u>
Variações monetárias e cambiais, líquidas	<u>(1.274)</u>	<u>1.868</u>
Encargos financeiros, líquidos	<u>(3.500)</u>	<u>(1.563)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

22 Processos judiciais e contingências

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, além dos depósitos judiciais são apresentados a seguir:

22.1 Processos judiciais provisionados

A Companhia constituiu provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental.

Os valores provisionados são os seguintes:

Passivo não circulante	2015	2014
Processos trabalhistas	15.389	12.484
Processos fiscais	8.145	3.766
Processos administrativos	1.031	847
Processos cíveis	7.444	6.807
Processos ambientais	206	183
Outros processos	-	60
	32.215	24.147

	2015	2014
Saldo inicial	24.147	23.588
Adições, líquidas	12.300	5.419
Utilização por pagamentos	(1.348)	(3.902)
Atualização de juros	306	440
Outros	(3.190)	(1.398)
Saldo final	32.215	24.147

22.2 Cauções e depósitos judiciais

As cauções e os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	2015	2014
Depósitos trabalhistas	26.974	21.444
Depósitos fiscais	11.096	13.672
Depósitos cíveis	17.624	15.385
Depósitos administrativos	2.306	2.306
Cauções	224	211
	58.224	53.018

22.3 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui diversos processos judiciais e administrativos considerados pelos seus assessores jurídicos como probabilidade de perdas possíveis, no montante de R\$ 428.371, sendo R\$ 76.768 referentes a processos cíveis, R\$ 110.934 referentes a processos fiscais, R\$ 60.412 referentes a processos trabalhistas, R\$ 179.935 referentes a processos administrativos e R\$ 322 referentes a processos ambientais, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não exigem sua contabilização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

23 Instrumentos financeiros e atividades de gerenciamento de riscos

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e também não efetua aplicações de caráter especulativo, seja derivativo ou quaisquer outros ativos de risco, inclusive operações com moeda estrangeira. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2015 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua avaliação.

a) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos circulantes e fornecedores e outras contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se do valor de realização.

b) Financiamentos

Os empréstimos em reais têm suas taxas atreladas à variação da TJLP e o seu valor contábil se aproxima do valor de mercado.

23.1 Risco cambial

A Companhia tem atuação em 100% no mercado nacional, tendo apenas valores irrelevantes de importação em curto prazo.

23.2 Risco e gerenciamento de taxas de juros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão atrelados às taxas pós-fixadas e seu risco se limita à volatilidade das taxas de juros da economia brasileira, SELIC, CDI e TJLP. As aplicações financeiras da Companhia, caracterizadas por operações de curto prazo, são rentabilizadas pela variação do CDI enquanto seu passivo, composto por financiamentos junto ao BNDES que são atrelados a operações de longo prazo e cessão de direitos creditórios junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Créditos Não Padronizados do Sistema Petrobras (FIDC-NP) em curto prazo.

A Companhia considera que a exposição à volatilidade da taxa de juros não acarreta impactos relevantes que justifiquem a adoção de instrumentos derivativos, em função das características de seus instrumentos financeiros.

23.3 Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito de clientes, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2015 a exposição máxima era de R\$ 222.552 (R\$ 209.668 em 2014) referente ao caixa e equivalentes de caixa e o contas a receber.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de exposições de crédito a clientes do segmento envasado e granel, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Padrão de Gestão de Crédito e Cobrança da Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

23.3.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos de crédito

No tocante a Risco de Crédito e Gestão de Cobrança, a Companhia possui Política de Crédito e Cobrança, na qual estão estabelecidas diretrizes e orientações para as práticas a serem seguidas por todas as unidades da Companhia e monitoradas, regularmente, pelo Comitê de Crédito. O Comitê foi concebido como sendo um fórum decisório no processo de avaliação e aprovação de propostas, concessão de Limites de Créditos e Renegociações de Dívidas para os clientes da Companhia, bem como para deliberar sobre outros assuntos pertinentes às práticas de Crédito e Cobrança, sempre em consonância com o que determina a sua Política de Crédito e Cobrança, na qual estão claramente definidas as regras para garantir e recuperar os créditos da Companhia no âmbito da Gestão de Cobrança: prazos, formas de atuação corretiva e preventiva, entre outros. Os resultados positivos dessa gestão estão refletidos no baixo nível de inadimplência ao final de 2015.

23.3.2 Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos de crédito e gestão de cobrança

A Companhia utiliza, na gestão de riscos de crédito, parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado em que atua (Granel e Envasado). As regras, bem como as tabelas de alçadas de aprovações, estão claramente definidas na Política de Crédito e Cobrança da Companhia. O processo de análise e concessão de crédito é previamente analisado por comitê definido pela administração da companhia.

Quanto à Gestão de Cobrança, a Companhia, através da utilização do sistema integrado SAP ECC, tem como principal ferramenta de controle o bloqueio de faturamentos a clientes inadimplentes e para clientes que estejam com seu limite de crédito excedido ou vencido. Este bloqueio faz com que as solicitações de novos faturamentos, antes de sua liberação, passem pela análise da área comercial e financeira da Companhia e com isso o eventual risco na concessão de crédito, bem como de inadimplência, é mitigado consideravelmente.

23.3.3 Garantias utilizadas no gerenciamento de riscos de crédito

É prática da Companhia priorizar a obtenção de garantias de clientes para as vendas a prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

23.4 Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e pagamentos de dividendos. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, dívidas de curto e longo prazo, financiamento de projetos, transações de vendas e arrendamento. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia deverão continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

23.4.1 Gerenciamento de risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez adotada pela Companhia é adequada ao ciclo de investimentos; levantamento de capital por contratos de financiamento de médio e longo prazo, incluindo financiamento de fornecedores e projetos

23.5 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

23.5.1 Fluxo nominal de pagamentos de principal e juros dos financiamentos

Período	Circulante			Não Circulante			Total
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total	
2016	100.965	5.592	106.557	-	-	-	106.557
2017	-	-	-	23.142	2.967	26.109	26.109
2018	-	-	-	10.406	1.474	11.881	11.881
2019	-	-	-	6.166	751	6.917	6.917
2020 em diante	-	-	-	4.604	183	4.786	4.786
	100.965	5.592	106.557	44.318	5.375	49.693	156.250

23.6 Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia tem como objetivo a manutenção de sua estrutura de capital em níveis adequados, visando à continuidade do seu negócio e o aumento de valor para a Controladora. As principais fontes de recursos da Companhia têm sido a geração operacional de caixa e os recursos de terceiros obtidos através de empréstimos de longo prazo junto ao BNDES, BNDESPAR e captações de curto prazo junto ao FIDC - NP Petrobras - Cessão de Direitos Creditórios.

A Companhia mantém um nível de endividamento alinhado as diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração da Petrobras para as suas subsidiárias, sendo considerado de baixa alavancagem e reduzido risco financeiro.

O endividamento líquido é calculado através da soma do endividamento de curto e de longo prazo, subtraído de caixa e equivalentes de caixa.

	2015	2014
Endividamento total	145.283	114.474
Caixa e equivalentes de caixa	(13.231)	(12.874)
Endividamento líquido	132.052	101.600
Patrimônio líquido	940.364	910.213
Endividamento líquido/(endividamento líquido + patrimônio líquido)	14%	11%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

24 Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos seus ativos, com fundamento em avaliações de bens conforme técnicas de engenharia para cobertura de sinistros de incêndios, responsabilidade civil, e outros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não

fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. No entanto, o valor assegurado é suficiente para cobrir perdas por eventuais sinistros que venham a ocorrer.

Os itens e valores segurados em 31 de dezembro de 2015 são:

Ativo	Tipos de cobertura	Importância segurada
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Básica (incêndio, raio e explosão) e coberturas acessórias.	1.881.554
Responsabilidade civil geral	Operações, produtos, empregador, contingência de veículos, poluição ambiental, danos morais, erro médico e objetos.	976.200
Veículos	Danos materiais e danos corporais causados a terceiros (por veículo).	1.000
Transporte nacional de mercadorias	Riscos rodoviários (por evento).	250

25 Avais e garantias

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía o montante de R\$ 26.175 (R\$ 23.707 em 2014) em processos fiscais, cíveis e trabalhistas, para os quais foram dados ativos fixos em garantia.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR - BALANÇO SOCIAL (Não auditado)

O Balanço Social demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. Algumas informações foram obtidas por meio de registros auxiliares e de determinadas informações gerenciais da Companhia.

	2015			2014		
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)			3.295.756			2.977.521
Resultado operacional (RO)			143.121			77.309
Folha de pagamento bruta (FPB)			373.981			353.373
2 - Indicadores Sociais Internos (I)	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	35.724	9,55%	1,08%	33.670	9,53%	1,13%
Encargos sociais compulsórios	77.983	20,85%	2,37%	70.467	19,94%	2,37%
Previdência privada	5.971	1,60%	0,18%	5.478	1,55%	0,18%
Saúde	39.700	10,62%	1,20%	35.873	10,15%	1,20%
Segurança e saúde no trabalho	2.803	0,75%	0,09%	2.267	0,64%	0,08%
Capacitação e desenvolvimento profissional	885	0,24%	0,03%	1.226	0,36%	0,04%
Participação nos lucros ou resultados	25.728	6,88%	0,78%	23.226	6,57%	0,78%
Outros	11.296	3,02%	0,34%	9.882	2,80%	0,33%
Total - Indicadores sociais internos	200.090	53,51%	6,07%	182.089	51,54%	6,11%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação para qualificação profissional	781	0,55%	0,02%	638	0,83%	0,02%
Cultura	292	0,20%	0,01%	422	0,55%	0,01%
Outros: (Campanhas Públicas, Seminários e Congressos)	718	0,50%	0,02%	325	0,42%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	1.791	1,25%	0,05%	1.385	1,80%	0,04%
Tributos (excluídos encargos sociais)	192.433	134,45%	5,84%	168.891	218,46%	5,67%
Total - Indicadores sociais externos	194.224	135,70%	5,89%	170.276	220,26%	5,71%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	3.620	2,53%	0,11%	3.460	4,48%	0,12%
Total dos investimentos em meio ambiente	3.620	2,53%	0,11%	3.460	4,48%	0,12%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:

2015

- (X) não possui metas
- () cumpre de 0 a 50%
- () cumpre de 51 a 75%
- () cumpre de 76 a 100%

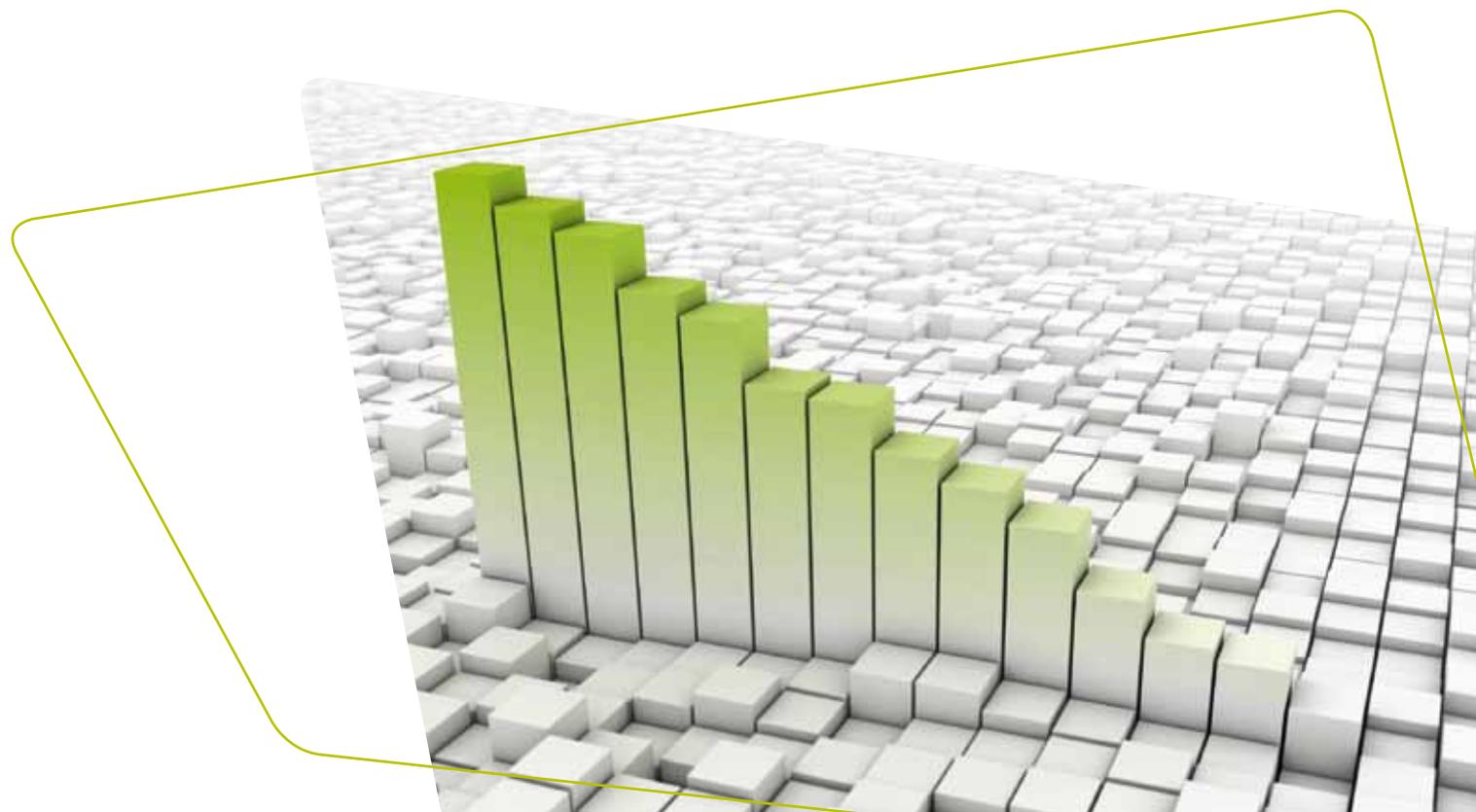
Metas 2016

- (X) não possui metas
- () cumpre de 0 a 50%
- () cumpre de 51 a 75%
- () cumpre de 76 a 100%

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR - BALANÇO SOCIAL (Não auditado)

5 - Indicadores do Corpo Funcional

	2015	2014
Nº de empregados (as) ao final do período (II)	3.167	3.253
Nº de admissões durante o período	166	303
Nº de empregados (as) terceirizados (as) (III)	1.671	1.625
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	1.290	1.254
Nº de mulheres que trabalham na empresa	398	399
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21,90%	21,15%
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	736	766
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	13,97%	12,50%
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	55	55



INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR - BALANÇO SOCIAL (Não auditado)

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da Cidadania Empresarial

	2015			Metas 2016		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	37,9			37,9		
Número total de acidentes de trabalho (IV)	9			8		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input checked="" type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as): ^(v)	na empresa 1.062	no Procon 28	na Justiça 29	na empresa 744	no Procon 0	na Justiça 0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 90%	no Procon 28,57%	na Justiça 34,48%	na empresa 100%	no Procon 100 %	na Justiça 100 %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2015: 807.211			Em 2014: 683.814		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	31% governo 46% colaboradores (as) 13% acionistas 9% terceiros 1% retido			34% governo 53% colaboradores (as) 1% acionistas 9% terceiros 3% retido		

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR - BALANÇO SOCIAL (Não auditado)

7 - Outras informações

1) CNPJ: 60.886.413/0001-47 - Setor econômico: Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP) - UF da sede da Companhia: São Paulo.

2) Responsável pelas informações: Plínio Osvaldo Bressan - Gerente Geral de Controle Financeiro - Telefone (11) 3703-2000 - correio eletrônico: plinio@liquigas.com.br.

3) A Liqueigás Distribuidora S.A - empresa do Sistema Petrobras tem entre os seus valores a diversidade humana e cultural e o respeito à vida, não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho degradante e análogo à escravidão, não tem envolvimento com prostituição ou exploração infantil ou adolescente e não está envolvida com corrupção. A Liqueigás também promove a igualdade de gênero dentro do ambiente de trabalho por meio de diversas iniciativas, como a criação e distribuição das cartilhas de Combate ao Assédio Moral e Sexual, de Saúde da Mulher e de Saúde do Homem, ampliação da licença maternidade (para 180 dias), entre outras. A preocupação da Companhia com o tema conferiu à Liqueigás, pela segunda vez, o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça entregue pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República.

4) A principal atividade empresarial da Liqueigás é a distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) - gás de cozinha. Um produto caracterizado como uma fonte limpa de energia, o GLP não agride o meio ambiente em nenhum momento, desde a sua produção até o seu consumo, graças à facilidade de armazenamento e comercialização, a partir do seu engarrafamento em vasilhames não descartáveis (botijões, cilindros e tanques), também propicia um ambiente de trabalho saudável, com instalações limpas, pois não há deposição de poluentes ou resíduos tóxicos.

5) As empresas do Sistema Petrobras não admitem nenhuma forma de preconceito, seja ele racial, religioso, político, de gênero ou qualquer outra natureza. Os números refletem a espontânea manifestação individual do empregado, em cumprimento a determinações legais para elaboração de informações que constam na RAIS, segundo a legislação brasileira.

I. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase permite a utilização de itens que apresentem somente os investimentos focais que a Companhia realiza regularmente. Sendo assim o Balanço Social 2015 utiliza como indicadores sociais externos as ações socialmente responsáveis incentivadas pela empresa. Educação para Qualificação Profissional: inclui os investimentos do Programa Jovem Aprendiz; Cultura: constam patrocínios a projetos culturais, citamos o "Natal Luz", maior evento natalino da América Latina, realizado anualmente na cidade de Gramado - RS, Festa de Rua de São Vito Mártir, como uma autêntica manifestação cultural italiana em São Paulo, o evento ajuda a manter as obras sociais da paróquia, inclusive a creche, que abriga 120 crianças pobres de até 4 anos. A Liqueigás patrocina a peça teatral "Cassino do Cupido", o espetáculo enfatiza a responsabilidade do homem no combate à violência contra a mulher e integra ações da "Caravana Siga Bem", maior evento rodoviário itinerante de responsabilidade social do Brasil, responsável por levar informação, cultura e lazer para 22 estados brasileiros, além do Distrito Federal. Estas são ações permanentes, planejadas, estratégicas, coordenadas e buscam a elevação da qualidade de vida e a inclusão social a médio e longo prazo. Em sintonia com os princípios da Governança Corporativa do Sistema Petrobras. Outrossim, a Liqueigás apoia também diversas iniciativas assistenciais pontuais, táticas e aleatórias em parceria com seus revendedores, como distribuição de brindes e lanches nos eventos do PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, distribuição de cestas básicas e brinquedos em ações realizadas em comunidades carentes. Parcerias com Corpo de Bombeiros Estaduais,

para promoção de palestras educativas em escolas e centros comunitários, divulgando o correto manuseio do gás de cozinha, principalmente, o Projeto “Chama Segura” onde são fornecidos o Manual de Segurança para Consumidores de GLP, cartilhas de orientação e distribuição de kits de instalação residencial (mangueiras, reguladores e abraçadeiras), retirando de circulação equipamentos em situação de risco.

II. Do total de 3.167 empregados da Liquigás, não foram considerados no cálculo: 6 diretores, 9 conselheiros, 3 suplentes, 12 cedidos à Petrobras Distribuidora S/A., 06 cedidos à Stratura Asfaltos S/A. e 03 cedidos à Petróleo Brasileiro S/A.

III. Inclui as atividades: serviços de manutenção industrial, para apoio direto à operação; serviços de apoio indireto à operação; serviços de apoio administrativo; serviços técnicos de manutenção industrial; serviços técnicos de obras e montagens.

IV. O indicador relacionado ao item é a TFCA - Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento, que indica o número de Acidentados (empregados e contratados) afastados do trabalho por 1 milhão de homens-hora de exposição ao risco. Esse indicador é padronizado internacionalmente e terá como Limite Máximo Admissível (LMA) na Liquigás para 2016 o valor de 0,7 que considerando uma estimativa de 12 milhões de homens-hora de exposição ao risco para o período, corresponde a 8 acidentados com afastamento.

V. As informações “na Companhia” incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas pela OUVIDORIA da Liquigás.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas
Liquigás Distribuidora S.A

Examinamos as demonstrações contábeis da Liquigás Distribuidora S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liquigás Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Operações com partes relacionadas

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 13 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações contábeis devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Informações suplementares - Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informações suplementares. As informações constantes da demonstração do valor adicionado, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers
Audítores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Lima de Macedo
Contador CRC 1BA022047/O-1 "S" SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela Companhia: 1) Relatório da Administração do Exercício Social de 2015; 2) Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2015, compreendendo: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes e 3) Orçamento de Capital para o ano de 2016. Foram verificadas as seguintes propostas, que estão sendo encaminhadas pela Administração da Companhia à deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO: **1ª)** Aprovar o Relatório de Administração relativo ao exercício social de 2015; **2ª)** Aprovar as Demonstrações Contábeis da LIQUIGÁS em 31/12/2015; **3ª)** Aprovar a proposta para destinação do resultado do exercício social 2015, bem como a proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$ 105.500.888,99 (cento e cinco milhões, quinhentos mil, oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e nove centavos) relativos à 8.145.118 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (aproximadamente R\$ 12,95 por ação); **4ª)** Aprovar o Orçamento de Capital para o ano 2016 no montante de R\$ 93.081.000,00 (noventa e três milhões e oitenta e um mil reais) e **5ª)** Aprovar, em atendimento ao Artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, o provisionamento contábil da Participação dos Empregados nos Lucros e Resultados – PLR do Exercício Social 2015, no

valor de R\$ 25.727.688,49 (vinte e cinco milhões, setecentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta e nove centavos), submetendo a parcela dos administradores à aprovação dos acionistas. Com base nos exames efetuados e no Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina no sentido de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2016.

Cristiano Silveira Freixo

Presidente

Daniel Lima de Oliveira

Conselheiro

Otavio Ladeira de Medeiros

Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

Composição da Diretoria Executiva (DE)

Ricardo Mendes de Paula - *presidente (interino) / diretor de Operações e Logística*

Marcos de Bustamante Monteiro - *diretor Financeiro e de Serviços*

Geraldo Magela de Abreu - *diretor de GLP Envasado*

Roberto Jorge de Souza Leão Rodrigues - *diretor de GLP Granel*

Celso da Frota Braga - *diretor de Planejamento de Mercado*

Composição do Conselho de Administração (CA)

Antonio Rubens Silva Silvino - *presidente*

Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça

Antonio Augusto Almeida Faria

Carlos Alberto Gratti

Tomaz Andres Barbosa

Ivandro Carrara

Composição do Conselho Fiscal (CF)

Cristiano Silveira Freixo - *presidente*

Daniel Lima de Oliveira

Otavio Ladeira de Medeiros

Contabilista responsável

Plínio Osvaldo Bressan - *gerente geral de Controle Financeiro*

TC-CRC 1SP-109684/O-0

GLOSSÁRIO

Abrasca: Associação Brasileira das Companhias Abertas.

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP): órgão regulador do setor de petróleo e gás natural no Brasil criada pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, como autarquia especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social criado pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

CAGR: *Compounded Annual Growth Rate*. Refere-se à Taxa Composta de Crescimento Anual.

Capital Expenditures (Capex): gastos ou investimentos de capitais ocorridos quando uma empresa investe na compra, melhoramento, desenvolvimento ou extensão da vida de ativos físicos, tais como infraestruturas, equipamento, sistemas, propriedades, etc., que tenham um período de vida útil (produzam benefícios) superior ao exercício (um ano).

Centro Operativo (CO): unidade industrial cuja finalidade principal consiste na armazenagem, engarrafamento, movimentação, comercialização e distribuição de GLP, nas modalidades envasado e granel.

Derivativo: valor mobiliário cuja valoração e característica de negociação têm como base o preço ou a cotação de um ativo ao qual está vinculado e lhe serve de referência (ações, moedas, taxas de juros, mercadorias e até recebíveis).

Direcionadores estratégicos: orientações que detalham as estratégias, definindo como a empresa deve se posicionar para criar vantagens competitivas frente aos seus concorrentes.

Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization (Ebitda): lucro operacional antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização.

Estratégia Corporativa: estratégia que define o escopo da empresa em termos da forma como ela compete e dos focos de desempenho e de aplicação de recursos.

Gás Liquefeito de Petróleo (GLP): compostos orgânicos, chamados hidrocarbonetos, constituídos de carbono e hidrogênio, obtidos principalmente da destilação do petróleo. É mais conhecido, em sua aplicação doméstica, como gás de cozinha. Tem aplicação também em diversos setores industriais, comerciais e agrícolas.

Gás Natural: fonte energética de origem fóssil derivado de uma mistura de hidrocarbonetos leves. É extraído de rochas porosas localizadas no subsolo marinho ou terrestre, e pode estar associado ou não ao petróleo. Em condições normais de pressão e temperatura, permanece no estado gasoso. Não tem cor ou cheiro, e, por questões de segurança, é odorizado para ser distribuído.

Governança Corporativa: relação entre agentes econômicos (acionistas, executivos, conselheiros) com capacidade de influenciar/determinar a direção e o desempenho das corporações. A boa governança corporativa garante aos sócios equidade, transparência e responsabilidade pelos resultados.

Hedge: cobertura, proteção, salvaguarda. Posição ou combinação de posições financeiras de uma empresa adotada para reduzir riscos em transações comerciais.

Missão: os propósitos, a razão de ser e os compromissos essenciais de uma empresa, como base de sua constituição estratégica.

PAN: Plano Anual de Negócios.

PE: Plano Estratégico.

PNG: Plano de Negócios e Gestão.

Procop: Programa de Otimização de Custos Operacionais é uma das cinco ações estruturantes que representam as bases do Plano de Negócios e Gestão que contribuem para o aumento da lucratividade tendo como objetivos principais aumentar a geração de caixa, a produtividade das atividades operacionais e reforçar o modelo de gestão voltado para eficiência em custos, em alinhamento com a Petrobras.

Revendedor de GLP: estabelecimento autorizado pela ANP responsável pela atividade de revenda de GLP.

Short Message Service (SMS): em português significa Serviço de Mensagens Curtas. SMS é um serviço muito utilizado para o envio de mensagens de texto curtos, através de telefones celulares.

Sinpep: Sistema Integrado de Padronização Eletrônica da Petrobras.

SMS: Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

Stakeholder: designa todos os segmentos e usuários que influenciam ou são influenciados pelas ações de uma organização.

TFCA: Taxa de frequência de acidentes com afastamento.

TOR: Taxa de ocorrências registráveis - número total de profissionais envolvidos em acidentes (fatalidades, acidentes com ou sem afastamento e casos de primeiros socorros) multiplicados por um milhão e dividido por homens horas de exposição ao risco.

TI: Tecnologia da informação.

Valores: normas, princípios ou padrões culturais estabelecidos para o alcance da Missão e da Visão definidos pelo Planejamento Estratégico.

Visão: orientação para se alcançar o posicionamento expresso pela Visão de Futuro. É a imagem da situação desejada pela empresa dentro de um prazo estabelecido.